



## HOMOAFETIVIDADE FEMININA E INCLUSÃO SOCIAL - caminhos para a consolidação de Políticas Públicas em Manaus

Lidianny de Lima Cavalcante<sup>1</sup>

Simone Eneida Baçal de Oliveira<sup>2</sup>

**RESUMO:** O debate contemporâneo das Políticas Públicas enfatiza a inclusão dos segmentos sociais mais vulnerabilizados, envolvidos em ostracismos históricos. O segmento LGBT contempla o emergir de políticas inclusivas em um cenário, onde a mulher homoafetiva também é protagonista das propostas inclusivas. Com esse aporte, o estudo se propõe a analisar os caminhos de consolidação das Políticas Públicas direcionadas às mulheres homoafetivas na cidade de Manaus. Através de uma pesquisa de campo que envolveu vinte e cinco sujeitos, verificou-se que o conservadorismo é presente na região amazônica, dificultam a quebra de paradigmas e consolidação da cidadania através do protagonismo social.

**Palavras-chave:** Homoafetividade. Inclusão Social. Políticas Públicas.

**ABSTRACT:** The contemporary debate Public Policy emphasizes the inclusion of the most disenfranchised segments of society involved in historical ostracismos. The segment includes the emerging LGBT inclusive policies in a scenario where the woman protagonist homoafective is also inclusive of tenders. With this contribution, the study aims to analyze the ways of consolidating public policies aimed at women homoafective in Manaus. Through a field study involving twenty-five subjects, it was found that conservatism and present in the Amazon region, difficult to break paradigms and consolidation of citizenship through social involvement.

**Keywords:** Homoafective. Social Inclusion. Public Policy.

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Amazonas – UFAM. lidiany@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Doutora. Universidade Federal do Amazonas – UFAM. sisoliveira@uol.com.br.



## 1 INTRODUÇÃO

Ponderar as características expressas nas identidades de gênero e sexualidade é um desafio no estudo das ciências humanas e sociais, por tratar-se de uma temática ainda pouco explorada não apenas no campo da sexualidade, mas principalmente como expressão da Questão Social, que justifica-se pelo fato de envolver contextos que vão desde os conceitos previamente estabelecidos até mesmo situações extremas relacionados à violência. A abordagem das Políticas Públicas direcionadas ao segmento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) ainda é emergente na realidade brasileira e se mostra timidamente, seja por revelar traços que vão além do estudo das relações de gênero e se configuram nas fronteiras da sexualidade, ou pela cultura de um patriarcado histórico que perfaz a sociedade tradicional.

Essa análise perfaz sua relevância ao passo que os homossexuais são considerados como partícipes de um dos grupos minoritários mais odiados da sociedade (Mott, 2002), seja por questões relacionadas ao uso do corpo, ou por caracterizações religiosas que preconizam os quadros de intolerância.

O fenômeno da vulnerabilidade expresso pela exclusão social, explica-se pelo fato de que o amor entre pessoas do mesmo sexo foi considerado secularmente como crime, loucura, “desvio” e outros ensejos que canalizam para a compreensão histórica patologizante (Foucault, 1988).

Na atualidade, a construção do protagonismo social aponta questionamentos sobre os caminhos para a consolidação de Políticas Públicas direcionadas aos sujeitos em condição homoafetiva, incluindo nesse bojo as mulheres, que sofrem preconceitos, envoltas não apenas em seu gênero e diversidade de raças, como também pela condição sexual.

Nesse sentido, o estudo objetivou analisar os desafios da inclusão social das mulheres homoafetivas em Manaus, no que tange aos caminhos da consolidação de Políticas Públicas com base no gênero e sexualidade.

Com a metodologia baseada na investigação quantiquantitativa, ponderou-se



os discursos de 25 (vinte e cinco) mulheres com orientação sexual voltada a homoafetividade, residentes no município de Manaus, capital do Amazonas.

Com a emergência das Políticas Públicas centradas no I Plano Nacional de Cidadania LGBT, o Brasil caminha para a consolidação de direitos, entretanto, o tradicionalismo e conservadorismo, que também perfazem a realidade Amazônica, olvidam as demandas sociais de grupos tais como as mulheres homoafetivas, o que leva a relevância de debates mais profundos, que apontem a visibilidade social necessária para a construção do protagonismo social contínuo de tais sujeitos na dinâmica da sociedade.

## 2 DESENVOLVIMENTO

A Declaração Universal de Direitos Humanos ressalta que nascemos livres e iguais em dignidade e direitos, contudo percebe-se que em determinadas realidades uns são mais “iguais” que os outros.

Neste sentido, as Políticas Públicas que caracterizam o início do século XXI não objetivam mais trabalhar em prol da igualdade entre as pessoas, mas discute que a espécie humana depende de uma coletividade e dentro desta, insere-se a diversidade, em seus vários aspectos.

Destarte, o profissional de Serviço Social como sujeito partícipe de uma sociedade em mutação, precisa lutar pelo reconhecimento das diferenças, ou seja, pela diversidade, abordando inclusive a livre orientação e expressão sexual, assim como suas respectivas identidades de gênero.

O Brasil por ser ainda um país tradicional, apresenta traços de conservadorismo e intolerância, que decorrem pelo fato das pessoas após resentarem aversão e/ou medo das diversas expressões da sexualidade humana, o que acaba desencadeando até mesmo em quadros de violência e homofobia.

Ressalta-se que o contexto amazônico, apesar de suas peculiaridades apresentadas frente ao processo histórico das populações tradicionais, tais como: indígenas e ribeirinhas, também apresenta em sua hereditariedade histórica o



tradicionalismo da sociedade patriarcal, que traz o viés do não reconhecimento das diferenças em sua totalidade, fator este que norteou a referida pesquisa.

Ao refletir a temática, é importante enfatizar que de acordo com Suplicy (1985), a homossexualidade trata de uma caracterização da orientação sexual, a qual se mostra pelo interesse erótico por pessoas do mesmo sexo.

A homossexualidade se caracteriza assim, pelo interesse afetivo e sexual pelos iguais biológicos, ressaltando que há diferenciações entre sexo, gênero e sexualidade.

O sexo trata de uma construção biológica com divisão binária entre o que significa o masculino e o feminino. O gênero se refere a construção social, histórica e cultural do que significa o masculino e feminino. Já a sexualidade envolve a canalização de desejos afetivos e sexuais, ou seja, para quem se direciona tal desejo.

A terminologia orientação sexual vem reforçar a necessidade de políticas públicas, principalmente para o segmento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), pois a sociedade a caracteriza como “opção”, contudo sabe-se que os indivíduos não fazem opções para viver ensejos de preconceitos sociais (Mott, 2002 e Trevisan (2001). Neste íterim, a terminologia trabalhada cientificamente é Orientação Sexual, já que a sexualidade vai além do escopo biológico, histórico e cultural.

A construção histórica da homossexualidade feminina é datada da antiguidade, com informação teórica desde a Grécia Antiga, contudo não revelam grande expressão, haja vista que, apenas a homossexualidade masculina tinha visibilidade devido à responsabilidade de iniciação sexual masculina.

Na Idade Média, as mulheres que representavam sua sexualidade de alguma maneira efetiva, seja heterossexual ou não, poderiam receber atributos de feiticeiras ou outras terminologias afins, pois a sexualidade feminina era um elemento reprimido em todas as esferas pela religiosidade cristã.

Foucault (1988) aponta que as expressões da sexualidade eram ouvidas e condenadas pela religião através da confissão, e que o silêncio em torno dela só é quebrado entre os séculos XVII e XVIII, com estudos e pesquisas que levaram a medicalização e patologização do que era considerado “anormal” na sociedade.



A homossexualidade feminina só começa a ter maior visibilidade na segunda metade do século XX, após a Revolução Sexual, com crescimento dos movimentos feministas que enfatizaram a importância da autonomia feminina sobre o próprio corpo.

Tal fator não desfaz, entretanto, as práticas patriarcais e patrimonialistas que colocaram a mulher em papel secundário na história brasileira.

A discussão em torno da sexualidade fomentou a emergência da criação de um ramo diferenciado no Direito, o qual segundo DIAS (2011) foi denominado como Direito Homoafetivo. A partir daí, a configuração dos direitos da população homossexual começou a ser visualizada pela égide da consolidação dos direitos. O termo 'homoafetivo', conforme Dias (2011) aparece para designar que as relações firmadas pelos sujeitos não são apenas de caráter sexual, mas também envolve a afetividade em suas variadas expressões nas conjugalidades.

Na pesquisa de campo, ao ressaltar a identificação com a sexualidade homoafetiva, 90% das mulheres afirmaram a orientação sexual voltada para a homoafetividade.

Ressalta-se que por séculos, a homossexualidade foi vista como desvio e anormalidade, sendo tratada como doença, realidade esta que configurou até 1990, quando a OMS (Organização Mundial de Saúde) começou a abordá-la como condição humana.

Com os avanços, muitos indivíduos deixaram de visualizar a homoafetividade como doença. Sobre esse aspecto, na pesquisa de campo as mulheres enfatizaram:

Porque se fosse doença, já teriam descoberto a cura. (Rosa, 27 anos).  
Doença contamina... 'Isso' é um sentimento que você nunca teve, é um carinho por alguém, você passa o sentimento... é o tipo de amor que você quer dividir com alguém. (Azaléia, 42 anos).  
Posso ser o que for, menos doente, pois tenho plena certeza de que sou felizmente saudável (Flor do Campo, 28 anos).

Os apontamentos mostraram que os sujeitos da pesquisa não associam a homossexualidade como sinônimo de doença, apesar do fenômeno de não aceitação social no que tange a liberdade de expressão da sexualidade humana.

A pesquisa apontou também que 52% das mulheres homoafetivas já sofreu



algum tipo de preconceito pela sua condição, sendo na rua, na faculdade ou escola e até mesmo na família. Os dados mais expressivos mostraram que 37% das mulheres homoafetivas sofre ou passou por ensejos situacionais de preconceito no âmbito familiar, o que aponta para as vulnerabilidades em que estão expostas, o que gera s variadas expressões da Questão Social e consequentemente as necessidades de intervenção.

De acordo com Honneth (2003), o não reconhecimento de um sujeito por outros, devido a qualquer fator inerente a sua condição, aponta para um processo de exclusão do indivíduo, devido a invisibilidade social que o deixa à margem da construção de um protagonismo social efetivo.

Para constituir uma identidade homoafetiva feminina, a mulher percorre trajetórias diversas até chegar a assumir sua condição sexual. Paiva (2008) caracteriza um pouco desse processo ao ressaltar que:

A trajetória do assumir-se se encontra ligada a uma metafísica do ser/não ser. (...) vemos uma progressiva construção dessa distinção em que vai afirmando um posicionamento subjetivo. Assim teríamos um período de indistinção, em que se experimenta a fronteira entre o ser e o não ser. Período que alguns sujeitos caracterizam como 'fazer o gênero, período dos namoradinhos', produção de máscaras, mentiras, de disfarces, de tentativas de cura, de adaptação a um roteiro biográfico que lhes escapa (p.27).

No que se refere à construção dessa identidade, é notável que a trajetória de se 'assumir' inicia-se por um contexto de subjetividade do sujeito. Até chegar o período de reconhecimento e aceitação da própria identidade firmada, o que ocorre são tentativas de oferecer aportes e respostas a uma sociedade que cobra um posicionamento heterossexistas daqueles que apresentam comportamentos diferenciados.

Ainda sobre a construção da identidade, Paiva (2008) afirma que:

Essa indistinção pouco a pouco dá lugar a uma certeza a (eu podia agora verdadeiramente ser quem eu era), que serve então como alicerce par a a construção de uma relação de transparência para consigo mesmo e com as pessoas m ais próximas (micro redes: família, amigos). É o momento do assumir: 'abrir o jogo', 'botar as cartas na mesa', 'rasgar o babado'. (p.27).

A análise do autor ilustra o processo de reconhecimento e aceitação da homoafetividade feminina, haja vista que o sujeito percorre muitos caminhos até a construção efetiva de uma identidade social e sexual homoafetiva. Tal ensejo envolve



não apenas os procedimentos subjetivos do ser, mas as relações com pessoas próximas tais como: família, amigos, rede de solidariedade entre outros, conforme se verifica a seguir.

Se minha mãe me aceitasse, com certeza assumiria a minha sexualidade (Girassol, 24 anos).

A maioria das pessoas não sabe que sou lésbica (Íris, 21 anos).

Os relatos apontam que os desafios de assumir a condição homoafetiva e criar uma identidade perpassam pela intolerância iniciada no ambiente doméstico, onde muitas vezes os próprios membros da organização familiar sentem dificuldade na aceitação dos referidos sujeitos, principalmente no que se refere à mulher, que dentro de uma cultura patriarcal é criada e educada para ser submissa ao masculino, seja como mãe, dona de casa e esposa.

Por outro lado, é visível o desafio das mulheres homoafetivas, já que o preconceito impera no interior das esferas sociais, o que assegura a desconstrução da identidade feminina.

No que tange a contribuição das Políticas Públicas, temos aportes que vão desde 2007, com a chamada de conferências municipais, estaduais e conseqüentemente a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para LGBT, a qual favoreceu discussões relevantes sobre o reconhecimento das diferenças e a possibilidade de firmar não apenas a cidadania dos segmentos em debate, como também assegurar suas visibilidades, pois além das lutas externas que enfatizam o combate a homofobia, debateu-se a inclusão social de LGBT nas políticas de Assistência, Saúde, Previdência, educação entre outras.

O marco da 1ª Conferência Nacional funcionou como aporte para a criação do 1º Plano Nacional de Cidadania LGBT, o qual aponta marcos e prazos para a inclusão social dos sujeitos em várias Políticas Públicas existentes no país. Ta elementos trouxeram as lutas do movimento LGBT para além do combate a homofobia, perpassando o viés das Políticas Sociais inclusivas, já que envolve protagonistas sociais com demandas que também precisam ser analisadas à luz da Constituição Federal de 1988, assim como os demais sujeitos sociais.

A configuração das Políticas já aprovadas no Brasil começa a ter rebatimentos também na realidade amazônica, haja vista a implementação do Centro de



Referência e Combate à Homofobia, que funciona com aporte da secretaria de Estado de Justiça do Amazonas.

Apesar do avanço, o município de Manaus não dispõe de um serviço especializado de sensibilização e esclarecimento à sociedade em geral sobre a homoafetividade como condição humana, o que deixa lacunas no que tange aos mecanismos de inclusão social dos sujeitos.

Ressalta-se também a inexistência de programas direcionados às mulheres homoafetivas que abordem a referida condição, orientações sociais e inclusão em políticas públicas.

Assim, o quadro da inclusão das mulheres homoafetivas na cidade de Manaus ainda encontra-se entre a utopia e a realidade, permeando os primeiros passos de implementação em alguns pontos e em outros, mergulhado no devaneio do porvir, o que leva a necessidade de uma reflexão contínua sobre a relevância das Políticas Públicas inclusivas aos segmentos mais vulneráveis.

### **3 CONCLUSÃO**

No cenário amazônico remetido à realidade de Manaus, urge que a emergência das Políticas Públicas de inclusão das mulheres homoafetivas seja viabilizada. O preconceito e a patologização da homoafetividades ainda é evidente nesse universo tradicional e conservador.

Os caminhos da identidade homoafetiva feminina perfazem um processo constante de construção, visto que o ostracismo ainda impera fomentando a desigualdade social e discriminação da mulher em suas variadas expressões .

O trabalho apontou que as mulheres ainda têm medo de revelar a orientação sexual como condição humana, seja pelo preconceito que podem sofrer pela sociedade excludente e até mesmo pela família, que demonstrou ensejos de intolerância e discriminação, o que coloca o indivíduo em vulnerabilidade social visto a exposição a situações de risco pessoal e social, que são agravadas pela não aceitação da sua sexualidade homoafetiva.





A análise da pesquisa apontou ainda o marco da realidade brasileira frente às Políticas Públicas direcionados ao segmento LGBT, o que contempla parte da dívida histórica de silêncio quanto às possibilidades de inclusão social. Entretanto, é ainda necessário estabelecer estratégias de regionalização das políticas para que possam atender às peculiaridades de cada localidade, o combate ao conservadorismo e a visibilidade dos protagonistas sociais que são partícipes de uma realidade em mutação.

Pondera-se ainda a relevância da criação e implementação de centros de apoio psicossocial às mulheres, com atendimento também para as cidadãs com orientação homoafetiva, com objetivo de desenvolver ações nas áreas de saúde, educação, assistência social, trabalho e inclusão social, além de medidas de intervenção e proteção em casos de outras vulnerabilidades sociais.

Para isso, faz-se relevante inicializar o processo de capacitação de profissionais que atuam na execução de programas e projetos sociais de inclusão, viabilizando o conhecimento mais efetivo sobre a homoafetividade como direito e condição humana.

Assim, o aporte efetivo da quebra de paradigmas e da inclusão social fomentará a emergência de uma sociedade mais livre, pautada nas raízes de um Estado laico e Democrático de Direito, que caracterize a diversidade em todos os seus segmentos, como porta de entrada das Políticas Públicas emergentes e concernentes a todos os cidadãos protagonistas sociais.

## REFERÊNCIAS

DIAS, Maria Berenice Dias (coord). **Diversidade Sexual e Direito Homoafetivo**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução de Luiz repa. São Paulo: Editora 34, 2003.

MORIN, Edgar. **Sete Saberes necessários a Educação do Futuro**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTT, Luiz. Por que os Homossexuais são os mais Odiados dentre Todas as



Categorias? In.: CORRÊA, Marisa. **Gênero e Cidadania**. Campinas SP: Núcleo de estudos de Gênero – Unicamp, 2002.

SUPLICY, Marta. **Conversando sobre Sexo**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

TREVISAN, J.S. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia a atualidade. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.